



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

09/10/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mercado de trabalho só alcançará igualdade racial em 167 anos, diz estudo

Uma criança nascida em 2023 no Brasil não será capaz de vivenciar um mercado de trabalho com igualdade racial durante sua vida, aponta estudo apresentado pelo ID_BR (Instituto Identidades do Brasil).

De acordo com o levantamento, serão necessários 167 anos para que o país alcance um equilíbrio entre as oportunidades oferecidas a pessoas negras e brancas nas empresas, em 2190. Isso significa que apenas a terceira geração dessas crianças estará em pé de igualdade racial.

São 17 anos a mais do que estimava um estudo divulgado em 2017 pelo Instituto Ethos, que apontava que a igualdade entre negros e brancos nas empresas seria alcançada em 150 anos. O número, em vez de reduzir, aumentou.

"A pesquisa mostra uma realidade que nasce no processo de escravização no Brasil, e que se perpetua até hoje", disse Tom Mendes, diretor financeiro do ID_BR à Folha. Os dados foram apresentados nesta quinta-feira (5), durante evento realizado no Memorial da América Latina com a presença de CEOs de grandes empresas do Brasil.

De acordo com Mendes, os números avaliam a redução das desigualdades em um contexto que mantenha as ações de inclusão e equidade já desenvolvidas nos setores público e privado. "Se a gente piorar a situação, acabando com as políticas [afirmativas] nas corporações ou tendo um governo não progressista, esse número tende a aumentar, e muito", disse.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 07 de outubro.

Demitido a partir de 2020 poderá sacar FGTS mesmo se pegou saque-aniversário, defende ministro

Um projeto com as novas regras já foi elaborado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e está em estudo na Casa Civil e no Palácio do Planalto, aguardando o aval do presidente da República para ser enviado ao Congresso.

A mudança, no entanto, só ocorrerá se o Congresso aprovar.

Em entrevista à Folha, o ministro Luiz Marinho (Trabalho), afirmou que a intenção é corrigir uma "injustiça" com os trabalhadores.

"Nós vamos propor corrigir uma injustiça profunda contra aqueles trabalhadores que aderiram ao saque-aniversário, iludidos, que depois foram demitidos e não sabiam até então que não poderiam sacar o seu saldo", disse nesta sexta-feira (6).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 07 de outubro.

Sindicatos podem perder registro se não atualizarem dados junto ao MTE

As entidades sindicais que não atualizarem seus dados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) correm o risco de perder o registro. A informação consta na Portaria Nº 3.472 do MTE, que foi publicada nesta quinta-feira (5) no Diário Oficial da União.

Com regras para a criação, fusão e incorporação de entidades, a nova norma também trata de procedimentos para a atualização de dados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Segundo o MTE, um dos objetivos é a "simplificação do atendimento" aos sindicatos, bem como a "racionalização de métodos e procedimentos de controle".

O texto lembra que uma portaria anterior, de 18 de abril de 2005, já previa a necessidade de recadastramento de todas as entidades registradas antes daquela data. Agora, sindicatos, federações e confederações pendentes terão de atualizar seus dados até 31 de março de 2024, "sob pena de cancelamento do registro".

Além disso, conforme o artigo 38 da nova portaria, o registro sindical também será cancelado se a entidade não atualizar informações sobre sua diretoria. Os "dados do mandato" não podem ficar "vencidos" por mais de oito anos. Atualmente, 1.057 sindicatos estão com essas informações defasadas há pelo menos sete anos – e, portanto, podem deixar o CNES.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 09 de outubro.

Brasil tem a conta de luz que mais pesa no bolso entre 34 países

O Brasil está no topo de um ranking que mede o peso da conta de luz no bolso de consumidores locais, em comparação com 33 países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Na média, o brasileiro compromete 4,54% da sua geração de riqueza anual com o pagamento da tarifa residencial. É o maior valor, bem acima do apurado para nações europeias, como Espanha (2,85%), Alemanha (1,72%) e Luxemburgo (0,35%) —país em que a energia tem o menor peso sobre renda no grupo analisado.

O resultado brasileiro também fica distante do identificado em economias emergentes, como Chile (2,65%) e Costa Rica (2,76%).

O ranking foi elaborado pela Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres). A entidade considerou as tarifas residenciais de 2022, consolidadas no serviço de dados da Agência Internacional de Energia, e o PIB per capita (Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes) calculado para o mesmo ano pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

"O levantamento demonstra que precisamos rediscutir os custos no setor elétrico brasileiro, porque ele está distorcido para os consumidores locais em comparação aos de outros países quando consideramos a renda", explica o diretor de Energia da Abrace, Victor Hugo iOcca, que coordenou a organização do ranking.

O brasileiro pagou US\$ 34 (R\$ 176,50), em média, por 200 kWh (kilowatt-hora) no ano passado, um valor parecido ao desembolsado pelo polonês, que foi de US\$ 34,39 (R\$ 178,50). Ocorre que a nossa renda per capita estava na faixa de US\$ 9.000 (R\$ 46,7 mil), enquanto no país do leste europeu ela era o dobro, US\$ 18 mil (R\$ 93,4 mil), comprometendo uma fatia menor da renda, 2,26%.

Na Turquia, cujo PIB per capita é próximo ao do Brasil, na casa de US\$ 10 mil (R\$ 51,9 mil), a energia custou praticamente metade da brasileira, US\$ 17,9 (R\$ 93) e compromete 2% da renda

A equipe da Abrace lembra que o custo da tarifa sofre variação de acordo com diferentes fontes de energia. As renováveis estão entre as mais competitivas atualmente, enquanto carvão, nuclear e gás natural passaram a custar mais, além de sofrerem com o risco geopolítico. A guerra da Rússia contra a Ucrânia, por exemplo, pressionou o preço do gás.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 08 de outubro.

Imposto sobre compras importadas online deve sair até fim do ano

A definição do imposto sobre as mercadorias importadas por lojas on-line deve sair até o fim do ano, disse nesta quarta-feira (4) o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves. Ele se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para cobrar o fim da isenção federal a sites estrangeiros.

Segundo Gonçalves, a equipe econômica está esperando o aumento da adesão ao Remessa Conforme para que a base de dados cresça, e o Fisco possa decidir o tamanho da alíquota federal. Em vigor desde agosto, o programa oferece isenção federal a compras de sites estrangeiros em troca do envio de informações à Receita Federal antes de a mercadoria entrar no Brasil.

Para as empresas que não aderirem ao programa, continua a taxa de 60% de Imposto de Importação caso a compra seja pega na fiscalização para valores de até US\$ 50. Existe ainda a cobrança de 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual, tanto para as encomendas do Remessa Conforme como para as compras fora do programa.

Em junho, Haddad havia indicado que a eventual criação de um imposto federal para as compras do Remessa Conforme ficaria para "uma segunda etapa", sem especificar a data.

"O ministro está trabalhando para ajustar essa questão do imposto de importação, que realmente leva a uma desigualdade competitiva muito forte. As empresas no Brasil não querem usar as mesmas práticas de trazer produtos de fora. Querem fabricar e gerar empregos aqui", disse.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 07 de outubro.